

Um novo livro sobre jornalismo literário e a novidade do “jornalismo sobre investigações”

Lunde Braghini

Professores da Universidade de Brasília (UnB), Gustavo de Castro e Solano Nascimento são autores, respectivamente, de *Jornalismo literário – uma introdução* (Editora Casa das Musas, 2010) e *Os novos escribas – o fenômeno do ‘jornalismo sobre investigações’ no Brasil* (Editora Arquipélago, 2010). Tanto o livro de Gustavo de Castro quanto o de Solano Nascimento interpelam nossas convicções e competências docentes para estar à altura do desafio de formar, de modo mais complexo, um jornalista competente na leitura do mundo e na apuração e escrita jornalísticas.

“Literário” e “investigativo” são termos que chamam a atenção para duas dimensões básicas do fazer jornalístico: redação e apuração. A leitura conjunta de ambas as obras fez-me lembrar aquilo que – no âmbito do jornalismo praticado nos Estados Unidos – foi o esforço de aproximar o jornalismo da literatura (“new journalism”) e da ciência social (“precision journalism”). Aproximações, em ambos os casos, justificadas com o fito de produzir uma abordagem mais verticalizada (profunda ou elevada, a depender do gosto) da realidade.

Mas que realidade? Segundo Gustavo de Castro, “o jornalismo literário já foi definido como sendo o mesmo que Literatura de Realidade, mas ele ultrapassa essa nomenclatura porque é a própria noção de realidade, e de descrição da realidade, que está em jogo aqui”. Entre a evocação do papiro de Sinue e as dicas sobre como começar, continuar e terminar um texto que “prenda” o leitor (ou “liberte-o” – prefiro – do tédio, do sono e da preguiça), Castro insere uma agradável sequência de narrativas.

São referências que “desasnam” e nos tiram da ignorância sobre a estátua de Pasquino, o *praecor* de Numa Pompílio, o *Album* de Julio Cesar, os epigramas de Publio e Marcial, a Antologia Palatina, a viagem de Antonio Pigafetta, o *Journal des Savants*, as crônicas de Dickens, o jornalismo de Mark Twain, as revistas de Dostoiévski, etc. além de servirem de suporte para compreender a argumentação desenvolvida sobre o valor-narração, a palavra-cristal, os mundos literários impossíveis, os mundos literários desejáveis, os mundos literários em devir, os dez inícios de *Se um viajante numa noite de inverno*, o

COMUNICOLOGIA

Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília
ISSN 1981-2132

jornalismo de Garcia Márquez, Fernando Pessoa, Clarice Lispector, o “novo jornalismo” de Tom Wolfe, Truman Capote, Gay Talese...

Se entendi bem a proposta de Gustavo de Castro, o rumo de um jornalismo compatível com uma versão mais complexa da realidade implica uma posição de abertura, de nada renegar em termos de soluções de redação. Só a variedade no repertório de construção de textos poderia dar conta da multiplicidade de materiais com que um jornalista lida ou com a multiplicidade de efeitos que pode produzir com seu texto.

É diferente escrever sobre um atropelamento, um jogo de futebol ou um esquema de corrupção. Verdade que o papel do jornalista moderno é informar, interpretar ou opinar. Todavia, pragmaticamente, essas finalidades jornalísticas informativas, opinativas e interpretativas nunca foram fins em si mesmos. Não são finalidades terminativas: são transitivas, servem a outros fins, o que amplia o campo de ação do que se pode fazer com palavras no jornalismo. Pode-se informar – prover informação – com o objetivo de esclarecer mas também de confundir; de acalmar, ou inquietar; de jogar gasolina no fogo, ou água na fervura; de fazer o editor saltar dois metros de altura, ou bocejar. Pode-se informar, enfim, até mesmo para mentir. Poucas vezes mente-se com uma inverdade; quase sempre as mentiras são ditas com muita informação verdadeira.

As perguntas do lide – um excelente roteiro para apurar ou checar um trabalho de apuração – não são uma solução universal, adequada ao tratamento redacional de todas as matérias produzidas pelos jornalistas. Há situações em que a construção de um texto mais dramático, como costuma fazer Marcelo Abreu, jornalista do Correio Braziliense citado por Gustavo de Castro, costuma ser muito eficiente, para mover eficazmente corações e mentes, quando se trata disso.

Como exemplo de variedades de soluções narrativas, creio que José Rezende Júnior (cujas matérias estão na página www.joserezendejr.jor.br) fez textos imbatíveis, de imensa variação estilística, como *O Anjo da Morte* e *Grande Sertão: Veredas*. Esse último, matéria com Manuelzão, informante, personagem e camarada de Guimarães Rosa, que certamente pode ter servido de inspiração para uma matéria de Sebastião Vicente, anos depois, considerada genial por Gustavo de Castro.

A distinção entre “novo jornalismo” e “jornalismo de precisão”, evocada no início deste comentário, consta do livro *A ética no jornalismo* (Forense Universitária, 1989), de Philip Meyer. Rara na literatura científica sobre

jornalismo, pergunto-me se realmente essa diferença teve peso empírico na experiência estadunidense ou se ficou ao nível de uma “vontade de que assim fosse” do próprio Philip Meyer. Quem todavia é simpático à abordagem de Meyer (*wishful thinking* ou não), surpreende, no próprio jornalismo brasileiro, amostras de o que pode ser uma aproximação bem sucedida de jornalistas a técnicas das ciências sociais.

É o caso de pensar num livro como *Políticos do Brasil* (PubliFolha, 2006), de Fernando Rodrigues; numa extensa reportagem sobre *Inocência Perdida* (Correio Braziliense, 22/11/2006), de Érika Klingl, sobre abuso sexual e evasão escolar, ocasião única de ver um caderno de doze páginas assinado por uma repórter sozinha; ou numa matéria do próprio Solano Nascimento, *O mistério de Angra* (Correio Braziliense, 13/11/2006), que aponta Angra dos Reis, sede das usinas nucleares brasileiras, como o município do Estado do Rio recordista em mortes por malformação congênita.

A matéria de Klingl nasceu de um cruzamento de dados do MEC com informações da Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes da Secretaria Especial de Direitos Humanos, no qual a repórter verificou uma alta correlação entre dados de exploração sexual e de evasão escolar e distorção idade—série. Solano Nascimento, por sua vez, também fez um cruzamento de dados sobre população dos municípios e sobre óbitos por malformação congênita, para descobrir a situação inquietante de Angra.

Um dos pioneiros da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, Fernando Rodrigues despendeu cinco anos de pesquisa sobre as declarações de bens de candidatos, nos TREs e no TSE, para documentar o padrão de evolução do patrimônio dos políticos brasileiros. Esforço semelhante, com base na exploração das declarações de bens de candidatos, foi feito recentemente, na matéria *A riqueza dos políticos* (Época, julho de 2010), assinada por Leandro Loyola e Marcelo Rocha.

Parte do charme presente nas matérias de Érika Klingl, de Solano Nascimento e no livro de Fernando Rodrigues está no fato de exibirem pesquisas efetuadas por jornalistas e não meramente divulgadas ou repercutidas por esses, com base no trabalho de algum especialista. Eles próprios fizeram as vezes de especialistas e tomaram a iniciativa de efetuar os cruzamentos de dados ali explorados. Mas, se assim não fosse, o mérito seria menor?

Pode ser – mas também pode que não. Ao postular a diferença entre “jornalismo de investigação” e “jornalismo sobre investigações”, em *Os novos*

escribas, Solano Nascimento parece inequivocamente tomar o partido de que, sim, alguém é recompensado para além do que lhe caberia, quando o mérito de publicar ou de divulgar uma investigação feita por terceiros, e que leva a uma denúncia consistente e de importância, é confundido com o mérito de ser o próprio o autor da investigação.

Nascido do trabalho realizado para sua tese de doutorado, o livro de Solano Nascimento concentra-se em matérias feitas por *Veja*, *Época* e *Isto é* em 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006, no contexto das eleições presidenciais. A análise desse material levou-lhe a distinguir entre um “jornalismo de investigação” – no qual a investigação é levada a cabo pelos próprios repórteres – e um “jornalismo sobre investigações”, no qual o repórter fica reduzido a divulgar investigações feitas por terceiros, como a Polícia Federal e o Ministério Público.

Segundo escreve o próprio Solano Nascimento na frase de abertura do livro, “há uma grande diferença entre descobrir uma irregularidade e descobrir que alguém descobriu uma irregularidade”. O grande mérito do livro está em documentar com rigor e elegância argumentativa a ascensão desse jornalismo construído a partir de investigações feitas por terceiros – um jornalismo “sobre” investigações. As hipóteses aventadas no livro para essa ascensão têm a ver com causas extrarredacionais, empresariais e propriamente redacionais.

Do lado de fora das redações, Solano Nascimento aponta a existência de mais dispositivos fiscalizatórios hoje, como as “comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs), Tribunal de Contas da União (TCU), o Sistema de Acompanhamento Financeiro (Siafi), o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), a Polícia Federal, o Ministério Público, a Receita Federal, a área de inteligência da Previdência Social e a Controladoria Geral da União (CGU)”, a atuar e gerar informações com grande valor-notícia.

A explicar o predomínio de mais matérias “sobre investigações” que “de investigações”, haveria também fatores empresariais (receio de processos judiciais, contenção de despesas, redução das equipes jornalísticas) e mais propriamente jornalísticos, ligados a atitudes mais conformistas, segundo um ponto de vista não majoritário, dos próprios repórteres e chefes de redação.

Tenho o palpite de que a diferença entre jornalismo de investigação e jornalismo sobre investigação pode ser dissociada da diferença – mais moral que epistemológica – entre “autor” (um observador em primeiro grau, protagonista do jornalismo de investigação) e “escriba” (um observador de observadores, protagonista ou coadjuvante do jornalismo sobre investigações). Na linha de Humberto Maturana (um dos autores sempre evocados quando se

COMUNICOLOGIA

Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília
ISSN 1981-2132

trata de falar em complexidade), talvez só tenha havido, desde, sempre, “observadores de observadores”, e que esse “observador primeiro” seja só um mito.

Os desafios colocados pela maior oferta de informações oficiais, a criar impasses relativos ao modo como devem ser consideradas e divulgadas, todavia, parecem-me de imprescindível consideração. Uma solução, talvez, seja levar a sério as possibilidades e especificidades do “jornalismo sobre investigações”, que nasce patinho feio mas pode virar cisne, com o perdão da evocação da narrativa infantil. Longe de ser um simulacro do jornalismo de investigação, o jornalismo sobre investigações pode ser considerado também como matéria e gênero novos, a lidar com a opaca zona de sujeitos, interesses e procedimentos responsável por informação extrajornalística crescente e interessante.

